COMUNICADO
Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Hospital Regional de Jundiaí - Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade Hospital Regional de Jundiaí

CNPJ nº 09.538.688/0009–90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "CARVE-OUT" EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em Reais - R$)*

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Ativo circulante				**Passivo circulante**			
Recursos financeiros vinculados à projetos	4	6.038.839	5.691.192	Fornecedores	9	3.220.184	3.291.689
Recursos a receber de projetos				Arrendamento a pagar	10	132.245	
- Contratos de gestão e convênios	5	-	-	Obrigações trabalhistas	11	2.212.412	3.086.279
Estoques	6	1.267.625	1.048.144	Obrigações tributárias de terceiros	12	183.306	228.067
Créditos diversos	-	247.824	270.381	Outras contas a pagar - partes relacionadas	-	7.260	-
				Receita diferida	-	112.938	47.695
				Outras contas a pagar	-	1.140	3.071
Total do ativo circulante		**7.554.288**	**7.009.717**	**Total do passivo circulante**		**5.869.485**	**6.656.800**
				Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Provisão para demandas judiciais	13	401.073	577.476
Depósitos judiciais	-	67.793	100.579	Arrendamento a pagar	10	297.551	-
Direito de uso	7	429.796	-	Subvenções de investimentos à realizar	-	-	-
Imobilizado	8	3.607.639	4.553.250	Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	14	2.785.377	3.713.909
				Total do passivo não circulante		**3.484.001**	**4.291.384**
Total do ativo não circulante		**4.105.228**	**4.653.829**	**Patrimônio líquido**	**15**		
				Superávits (Déficits) acumulados		715.362	(2.174.917)
				Superávit do exercício		1.590.668	2.890.279
				Total do patrimônio líquido		**2.306.030**	**715.362**
Total do ativo		**11.659.516**	**11.663.546**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**		**11.659.516**	**11.663.546**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais - R$)

	(Déficit) acumulado	(Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(3.789.456)**	**1.614.539**	**(2.174.917)**
Incorporação do superavit do ano anterior ao (déficit) acumulado	1.614.539	(1.614.539)	-
Superávit do exercício	-	2.890.279	2.890.279
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**(2.174.917)**	**2.890.279**	**715.362**
Incorporação do superavit do ano anterior ao (déficit) acumulado	2.890.279	(2.890.279)	-
Superávit do exercício	-	1.590.668	1.590.668
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**715.362**	**1.590.668**	**2.306.030**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais - R$)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - estadual	16	59.281.089	63.205.992
Receitas com doações	17	630.711	2.751.543
Outras receitas	-	143.162	16.978
		60.054.962	65.974.513
Receitas (despesas) operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	18	(49.950.737)	(53.992.929)
Utilidade pública	19	(1.660.935)	(1.498.167)
Serviços profissionais	20	(4.505.018)	(4.384.875)
Contingências	13	(18.597)	(521.622)
Depreciações	8	(1.071.578)	(960.739)
Outras (despesas) operacionais	21	(1.586.210)	(1.879.253)
Outras receitas operacionais	21	-	-
		(58.793.075)	(63.237.585)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		**1.261.887**	**2.736.928**
Despesas financeiras	22	(38.190)	(16.377)
Receitas financeiras	22	366.971	169.728
Receitas financeiras, líquidas	**22**	**328.781**	**153.351**
Superávit do exercício		**1.590.668**	**2.890.279**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais - R$)

	2021	2020
Superávit do exercício	**1.590.668**	**2.890.279**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**1.590.668**	**2.890.279**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais - R$)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Das operações sociais:		
Superávit do exercício	1.590.668	2.890.278
Ajustes por:		
Provisão para contingências	18.597	521.621
Depreciações	1.071.578	960.742
Doação recebidas em equipamentos médicos	-	(761.656)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos financeiros vinculados à projetos	(347.647)	(1.592.622)
Estoques	(219.481)	(312.713)
Créditos diversos	22.556	(169.115)
Depósitos judiciais	32.786	(42.474)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	27.679	(715.166)
Arrendamento a pagar	429.796	-
Obrigações trabalhistas	(873.867)	364.399
Obrigações tributárias	(44.761)	(14.756)
Contingências pagas	(195.000)	(165.326)
Outras contas a pagar	5.331	(919)
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	(854.132)	(954.383)
Receita Diferida	65.244	(35.900)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**729.347**	**(27.990)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Direito de uso	(528.980)	-
Subvenções de bens a apropriar		
- compras de imobilizado	24.783	104.590
Adições no imobilizado	(125.966)	(76.600)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(630.163)**	**27.990**
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento	(99.184)	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out"
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: 1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"): O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º). Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Hospital Regional de Jundiaí ("Unidade"):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0009-90, localizada na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiaí. Em 11 de junho de 2014 foi celebrado o Contrato de Gestão nº0001.0500.000.025/2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a partir de 12 de junho de 2014 por 5 anos. Renovado por mais 5 anos conforme contrato de Gestão nº 30889/2019 a partir da data de 01 de junho de 2019. O montante repassado em 2021 deste contrato foi de R$ 58,3 milhões conforme Termo de aditamento 01/2021 e Termo de aditamento 02/2021 montante de R$ 49,5 mil referente "Projeto Especial - "Corujão da Saúde - Oncologia" nos meses de setembro a dezembro e em conformidade com a Resolução 55 n° 130, de 19 de agosto de 2021. **1.3 Desempenho da Entidade em 2021:** A unidade Hospital Regional de Jundiaí, incorreu com superavit de R$ 1,6 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O valor do patrimônio líquido de 2021 ficou em R$ 2,3 milhões. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 1,7 milhão. O plano orçamentário da unidade para o período, previa superávit na ordem de R$ 125 mil, com cenário bastante desafiador ainda em função da pandemia. Iniciamos o ano com a manutenção dos atendimentos de pacientes não covid oriundos do HOSPITAL SÃO VICENTE, visto que esse se tornou exclusivamente um hospital COVID. Essa demanda de pacientes alterou a configuração do Hospital cirúrgico para cirúrgico e clínico, comprometendo o cumprimento das metas. À partir do terceiro trimestre do ano, retomamos gradativamente os atendimentos voltado as nossas metas, mesmo com a manutenção do atendimento aos pacientes do Hospital São Vicente. Essa ação impactou em aumento dos custos, no entanto diversas ações foram feitas para controle e redução de outros custos, como: acompanhamento e controle semanal atrelado a capacidade de produção frente ao repasse, aquisição da isenção da água e esgoto, renegociação de contratos com redução de valores, controle das manutenções necessárias (com olhar crítico e priorização de urgências). Todos os esforços da administração da unidade foram feitos com o intuito de controlar e equilibrar as despesas, através das boas práticas de gestão, elevando a realização do superávit para R$ 1,6 milhão. Para o ano de 2022 a administração tem como um dos principais objetivos intensificar os atendimentos e cirurgias cardiológicas de média e alta complexidades, com manutenção de superávit na ordem de R$ 692 mil, mantendo a sustentabilidade e patrimônio líquido positivo. Desde novembro de 2020 o HRJ é detentor do certificado de excelência pela Organização Nacional de Acreditação (ONA 3), que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada. Isso demonstrando que a unidade apresenta uma cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade institucional. **1.4 Impacto do COVID-19 nas operações:** A pandemia do novo coronavirus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e a concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social – o que fragilizou economias ao redor do globo. O Hospital Regional de Jundiaí ("Unidade") é considerado como serviço essencial, desta forma tomamos todas as medidas conforme orientação dos gestores públicos e mantivemos nossas atividades operacionais, visto que estamos no rol de atividades prioritárias e de fundamental importância. Na nota explicativa nº 1.5 encontra-se a movimentação de numerários que recebemos para atendimento exclusivo de combate a pandemia. Não detectamos nenhum impacto de impairment no exercício por conta deste evento. **1.5 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2 Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Regional de Jundiaí ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 31 de março de 2022. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e • Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 12). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. • O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 23 - Instrumentos financeiros: d. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3 Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. **a. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema. **b. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado:** (**i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2019, data de transição do Instituto para as normas CPCs (IRFS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior. **d. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **e. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: • Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. • Subvenção para investimentos - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelo ente público geralmente no início do mês

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade Hospital Regional de Jundiaí

CNPJ nº 09.538.688/0009–90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "CARVE-OUT" EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

seguinte à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". **l. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2021 e 2020 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Arrendamentos**: O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2021, o Instituto possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2) para um novo contrato firmado nesse exercício. **n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out". As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade: • Contratos onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25). • Imposto diferido – Relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06). Outras normas – não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade: • Concessões de aluguel relacionados à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); •Referência a Estrutura Conceitual (alterações no CPC 15); • Classificação do passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26); • Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); e • Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26).

4 Recursos financeiros vinculados a projetos:

	2021	2020
Caixa e bancos	38.279	3.825
Aplicações financeiras	6.000.560	5.687.367
	6.038.839	**5.691.192**

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 106% a 94% do CDI (em 2020 a remuneração ficou em 82% a 94% do CDI).

5 Recursos a receber de projetos – contratos de gestão e convênios:

	2021	2020
Hospital Regional de Jundiaí	-	-

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2020	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos – Custeio	Recursos a Receber 31/12/2021
Hospital Regional de Jundiaí	-	58.327.777	-	-	(58.327.777)	-

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2019	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos – Custeio	Recursos a Receber 31/12/2020
Hospital Regional de Jundiaí	-	62.251.610			(62.251.610)	-

Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio" é composto do termo de aditamento ao contrato de gestão T.A. nº 01/2021 no montante R$ 58.303.041 e T.A nº 02/2021 "Projeto Corujão da saúde – Oncologia" no montante de R$ 49.520.

6 Estoques:

	2021	2020
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	844.688	813.628
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	422.937	234.516
	1.267.625	**1.048.144**

7 Direito de uso:

	2021	2020
Equipamentos de informática (servidores)	**429.796**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**	**-**
Novo contrato	528.980	-
Depreciação	(99.184)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**429.796**	**-**

8 Imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação Acumulada	2021	2020
Móveis e utensílios	10%	1.334.040	(917.149)	416.891	550.973
Máquinas e equipamentos médicos	10%	8.691.366	(5.668.666)	3.022.700	3.820.235
Máquinas e equipamentos em geral	10%	289.066	(121.020)	168.046	182.038
Software e hardware	20%	374.824	(374.822)	2	4
Total		**10.689.296**	**(7.081.657)**	**3.607.639**	**4.553.250**

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo				
Móveis e utensílios	1.334.040	-	-	1.334.040
Máquinas e equipamentos médicos	8.677.971	13.395	-	8.691.366
Máquinas e equipamentos em geral	275.675	13.389	-	289.066
Software e hardware	374.824	-	-	374.824
Total custo	**10.662.510**	**26.784**	**-**	**10.689.294**
Depreciação				
Móveis e utensílios	(783.067)	(134.082)	-	(917.149)
Máquinas e equipamentos médicos	(4.857.736)	(810.930)	-	(5.668.666)
Máquinas e equipamentos em geral	(93.637)	(27.383)	-	(121.020)
Software e hardware	(374.820)	(2)	-	(374.822)
Total depreciação	**(6.109.260)**	**(972.395)**	**-**	**(7.081.657)**
Saldo líquido	**4.553.250**	**(945.611)**	**-**	**3.607.639**

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Custo				
Móveis e utensílios	1.330.999	3.041	-	1.334.040
Máquinas e equipamentos médicos (a)	7.883.491	794.480	-	8.677.971
Máquinas e equipamentos em geral	234.940	40.735	-	275.675
Software e hardware	374.824	-	-	374.824
Total custo	**9.824.254**	**838.256**	**-**	**10.662.510**
Depreciação				
Móveis e utensílios	(649.814)	(133.253)	-	(783.067)
Máquinas e equipamentos médicos	(4.060.967)	(796.769)	-	(4.857.736)
Máquinas e equipamentos em geral	(68.721)	(24.916)	-	(93.637)
Software e hardware	(369.016)	(5.804)	-	(374.820)
Total depreciação	**(5.148.518)**	**(960.742)**	**-**	**(6.109.260)**
Saldo líquido	**4.675.736**	**(122.486)**	**-**	**4.553.250**

Parte dos bens do ativo imobilizado foram adquiridos com recursos não vinculados aos contratos de gestão e, consequentemente não possuem o passivo de subvenção de bens a apropriar em atendimento a CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental (vide nota 15). Os montantes do imobilizado com restrição e sem restrição são apresentados a seguir:

	2021	2020
Imobilizado com restrição	2.785.377	3.173.909
Imobilizado sem restrição	822.262	1.379.341
Total imobilizado	**3.607.639**	**4.553.250**

9 Fornecedores:

	2021	2020
Fornecedores nacionais	**3.220.184**	**3.291.689**

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2021	2020
Vencidos	5.253	-
A vencer até 30 dias	3.007.342	3.125.788
A vencer de 31 à 180 dias	207.589	165.901
	3.220.184	**3.291.689**

A administração passou a negociar junto aos credores, no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem acréscimo legais de multas, juros ou quaisquer outras taxas, obtendo, na maioria dos casos, êxito nas negociações, escalonando os pagamentos e cumprindo com os parcelamentos acordados.

10 Arrendamento a pagar:

	2021	2020
Arrendamento a pagar	**429.796**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**	**-**
Novo contrato	528.980	-
Pagamentos efetuados	(99.184)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**429.796**	**-**
Curto Prazo	**132.245**	**-**
Longo Prazo	**297.551**	**-**

Refere-se a contrato de arrendamento firmado em 2021 registrado pelo Instituto em atendimento a CPC 06 (R2) - Arrendamentos, principalmente pelo atendimento ao item 63c, que determina que o prazo do arrendamento deve ser equivalente à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo se a propriedade não for transferida. No caso do Instituto, a vida útil econômica foi estimada em 60 meses e o contrato de locação possui vigência de 48 meses. O contrato refere-se a aparelhos de informática (servidores) a ser pago em 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R$ 11.020. O Instituto entende que não haveria efeitos relevantes na apuração da taxa de desconto considerando o montante do contrato e também pelo fato do efeito ser entre ativos e passivos e com impacto ainda mais imaterial no reconhecimento das parcelas pagas ao longo do exercício (segregação dos juros e do principal na parcela paga). Dessa forma, os valores apresentados não possuem taxas de descontos.

11 Obrigações trabalhistas:

	2021	2020
Provisão para férias e encargos sobre férias	1.630.303	1.703.092
Salários e ordenados a pagar	148.471	957.853
Contribuições e encargos sociais	433.638	425.334
	2.212.412	**3.086.279**

12 Obrigações tributárias de terceiros:

	2021	2020
PIS / COFINS / CSLL	140.288	173.573
INSS pessoa jurídica	14.748	26.031
IRRF	20.435	22.640
ISS	7.835	5.823
	183.306	**228.067**

13 Provisão para demandas judiciais:

	2021	2020
Provisão para demandas judiciais	**401.073**	**577.476**

O Instituto é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. AAdministração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	2021				
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Cíveis	211.715	34.920			246.635
Trabalhistas	365.761	130.351	(146.674)	(195.000)	154.438
	577.476	**165.271**	**(146.674)**	**(195.000)**	**401.073**

	2020				
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Cíveis	382	211.728	(15)	(380)	211.715
Trabalhistas	220.799	412.006	(102.098)	(164.946)	365.761
	221.181	**623.734**	**(102.113)**	**(165.326)**	**577.476**

Em 2021 o Instituto não es envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Em 2020 o montante de natureza trabalhista com risco de perda possível foi de R$ 67.502 da qual o processo foi arquivado. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados.

14 Subvenção de bens a apropriar – imobilizado:

	2021	2020
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	**2.785.377**	**3.713.910**

	Movimento de 2021				
	Saldo em 31/12/2020	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2021
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	3.713.910	24.784	-	(953.317)	2.785.377

	Movimento de 2020				
	Saldo em 31/12/2019	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2020
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	4.563.703	104.590	-	(954.383)	3.713.910

As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8. **15 Patrimônio líquido:** Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da administração:** O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho de administração e conselho fiscal.

16 Recursos dos contratos de gestão – Estadual:

	2021	2020
Receitas com contrato de gestão Estadual – Hospital Regional de Jundiaí (a)	58.327.777	62.251.610
Receita com Subvenção de Imobilizado	953.312	954.382
	59.281.089	**63.205.992**

(a)As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 5.

17 Receitas com doações e outras receitas:

	2021	2020
Doação Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês – Covid-19 (a)	-	1.684.097
Receita com isenção água (b)	202.000	543.115
Outras receitas com doações em e material e equipamentos (c)	428.711	524.330
	630.711	**2.751.542**

(a) Doações recebidas de empresas diversas pela Matriz e repassadas às unidades, excepcionalmente para assegurar a realização da prestação de serviços que teve maior incidência devido ao Covid-19, sendo R$ 542.866 referente a recebimento de Respiradores Pulmonares. (b) A unidade recebeu da DAE S/A Água e Esgoto de Jundiaí o benefício da isenção da tarifa para água e esgotos. Em 2021 ficou descoberto nos meses Jan-21 a Abr-21, sendo restabelecido Mai-21. (c)Refere-se a doações recebidas de diversos fornecedores e mantenedor.

18 Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:

	2021	2020
Pessoal e encargos	(19.732.068)	(18.929.132)
Materiais de consumo	(2.475.393)	(1.798.552)
Segurança e vigilância	(463.295)	(679.614)
Higiene e limpeza	(2.304.357)	(2.285.982)
Nutrição	(2.574.574)	(2.812.586)
Serviços médicos	(15.961.675)	(20.082.438)
Medicamentos e materiais	(6.093.188)	(6.992.182)
Lavandeira e rouparia	(346.187)	(412.443)
	(49.950.737)	(53.992.929)

19 Utilidade pública:

	2021	2020
Energia elétrica	(935.961)	(706.014)
Água	(416.926)	(543.117)
Telecomunicações	(127.365)	(108.558)
Gás natural	(167.306)	(127.050)
Combustíveis e lubrificantes	(13.377)	(13.428)
	(1.660.935)	**(1.498.167)**

20 Serviços profissionais:

	2021	2020
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(2.664.338)	(2.353.325)
Consultoria e assessoria	(56.463)	(50.133)
Suporte em infraestrutura de TI	(776.011)	(952.762)
Manutenção e conservação	(977.343)	(1.007.885)
Auditoria	(30.863)	(20.770)
	(4.505.018)	**(4.384.875)**

(a) Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto para a unidade de acordo com o termo de cooperação.

21 Outras despesas operacionais:

	2021	2020
Locação de equipamentos	(1.329.898)	(1.317.893)
Arquivo e guarda de documentos	(137.243)	(146.807)
Uniformes / E.P.I.	(36.706)	(384.147)
Despesas legais / fiscais / parafiscais	(9.940)	(5.880)
Outras despesas	(72.423)	(24.526)
Outras despesas operacionais	**(1.586.210)**	**(1.879.253)**
Outras receitas operacionais	**-**	**-**
Outras (despesas) operacionais líquidas	**(1.586.210)**	**(1.879.253)**

22 Receitas financeiras, líquidas:

	2021	2020
Receita de aplicações financeiras	364.135	166.067
Descontos obtidos	2.836	3.661
Receitas financeiras	**366.971**	**169.728**
Outras despesas financeiras	(38.182)	(16.377)
Juros incorridos	(8)	-
Despesas financeiras	**(38.190)**	**(16.377)**
Receitas financeiras, líquidas	**328.781**	**153.351**

23 Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade Hospital Regional de Jundiaí

CNPJ nº 09.538.688/0009–90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "CARVE-OUT" EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020), o Instituto está sujeito aos fatores de: **(i) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2021		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor Contábil**	**Total**	**6 meses ou Menos**	**06 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	3.220.184	3.220.184	3.220.184	-	-	-
Outras Contas a Pagar	1.140	1.140	1.140	-	-	-
Total	**3.651.120**	**3.651.120**	**3.651.120**	**-**	**-**	**-**

31/12/2020		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor Contábil**	**Total**	**6 meses ou Menos**	**06 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	3.291.689	3.291.689	3.291.689	-	-	-
Outras Contas a Pagar	3.069	3.069	3.069	-	-	-
Total	**3.294.758**	**3.294.758**	**3.294.758**	**-**	**-**	**-**

(ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco do Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito:** A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	Nota	2021	2020
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	6.038.839	5.691.192
Créditos diversos	-	247.824	270.381
Total		**6.286.663**	**5.961.573**

24 Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social: Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal. **PIS e COFINS:** Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a receita (ISSQN):** O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura de Jundiaí através do processo administrativo nº 4.572-8/2021-1, para o exercício de 2021. **Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2021 e de 2020. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); • ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; • ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos); O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos, contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que trata-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora existe orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/CODELEGIS / COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse.

	2021	2020
Receita dos contratos de gestão – Estadual	59.281.093	63.205.992
ISS 2%	1.185.622	1.264.120
PIS 0,65%	385.327	410.839
COFINS 3%	1.778.433	1.896.180
	3.349.382	**3.571.139**
Superávit do exercício	1.590.667	2.890.279
IRPJ e CSLL 34%	**540.827**	**982.695**
Receita com doações	630.711	2.751.543
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)	**25.228**	**110.062**
Total das estimativas e principais renúncias	**3.915.437**	**4.663.896**

25 Isenção de INSS cota patronal: Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020, defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, com sede em São Paulo (SP). • O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; • Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; • Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e • Considerando a Nota Técnica nº 244/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136428/2018-58, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve: - Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2021. - Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 900/SAES/MS, de 29 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 156, de 14 de agosto 2019, seção 1, página 75. Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2021, 2020 e as respectivas alíquotas, ressaltando que trata-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	2021	2020
Pessoal e encargos	19.732.067	(18.929.132)
Total da estimativa de isenção (Consolidado) - INSS cota patronal (27,16%)	**5.359.229**	**5.141.152**

Maria Angela Atallah
Presidente do conselho de administração do Instituto

Mario Sergio Cutait
Membro do conselho de administração do Instituto

Carolina Lastra
Diretora Executiva

Cláudio Augusto Generoso
Gerente Financeiro e Contábil

Rildo Ancigan de Siqueira
Contador - CRC 1PE020957/O-0 'T' SP

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras *"carve-out"*

Aos Conselheiros e Diretores do
I**nstituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês**, gestor da
Hospital Regional de Jundiaí
Jundiaí – SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Regional de Jundiaí ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Regional de Jundiaí, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out" e os critérios utilizados para o rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Hospital Regional de Jundiaí tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Hospital Regional de Jundiaí e Secretaria Estadual da Saúde. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out".

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos A Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0